



**CANDIDATOS APTOS PARA O TESTE PSICOLÓGICO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA
28/07/2019 DO CONSELHO TUTELAR EDITAL Nº 001/2019**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	Rosilene de Jesus Conceição	24
2º	Elaine Campos dos Santos	22
3º	Vera Lúcia Ávila Santos	20
4º	Jucilândio Jesus França	18
5º	Jairo Oliveira dos Santos	18
6º	Wagner Oliveira Souza	18
7º	Leidiane de Jesus	18
8º	Alessandra da Penha Rocha	16
9º	Isabel Cardoso da Silva	15
10º	Eucília Cordeiro Ribeiro	15
11º	Elizete dos Santos Vieira	14
12º	Arielly Elucimara Ferreira Rodrigues	14
13º	Marciene Souza Almeida	14
14º	Zeilda Souza Quirino	13
15º	Vília Rodrigues de Souza	13

OBS: Segue abaixo a prova, gabarito e requerimento de recurso.

Obs: O local e o horário do Teste Psicológico serão divulgados em breve.

Edivânia Severina de Holanda Rocha
Presidente do CMDCA

Thiani Aparecida Falcão de Campos
Conselheira CMDCA

Thyele Oliveira da Cunha
Conselheira CMDCA



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
PEDRO CANÁRIO
PROCESSO SELETIVO – RESOLUÇÃO Nº 06/2019

PROVA OBJETIVA: 07 de Julho de 2019.

CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR

Nome do Candidato: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. A prova contém 30 (trinta) questões. Verifique se ela está completa e sem falhas de impressão. Caso contrário, solicite ao Fiscal que providencie a substituição de sua prova.
2. Além deste caderno, você deverá ter recebido o cartão destinado às respostas das questões formuladas na prova. Caso não tenha recebido o cartão, peça-o ao fiscal. Em seguida, preencha todas as informações solicitadas no cartão resposta.
3. **Para chamar o Fiscal, levante o braço e aguarde.** Não levante da sua classe sem autorização do Fiscal.
4. É obrigatória sua assinatura, à caneta na folha de respostas. A folha de respostas deverá ser preenchida com **caneta esferográfica transparente, de cor azul ou preta**. As elipses deverão ser preenchidas conforme modelo exposto no quadro.
5. Serão anuladas as questões que contiverem emendas, rasuras, borraduras ou qualquer marcação diferente. Não amasse e não dobre a folha de respostas.
6. O candidato **NÃO** poderá fazer perguntas sobre o conteúdo das questões. Questionamentos sobre as questões deverão ser feitos em conformidade com o previsto no Edital de Abertura.
7. Não será permitido fumar durante a realização da prova, bem como utilizar ou manter ligado qualquer aparelho eletrônico.
8. A prova terá duração de 3 (três) horas, das 08:00 às 11:00 hs. Não haverá tempo extra para preenchimento da folha de respostas, ou seja, no tempo de prova está incluído o tempo para preenchimento das respostas.
9. O fiscal indicará quando faltar 30 (trinta) minutos para o término do tempo de prova.
10. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente do local de realização da prova após 1 (uma) hora do início da prova. Não será permitido seu retorno à sala após sua saída. **O candidato não poderá levar o caderno de questões, independentemente da quantidade de tempo que o mesmo permanecer na sala.**
11. Ao término da prova, o candidato poderá levar consigo somente a grade para cópia do gabarito fornecida pelo Fiscal de Sala. **O caderno de prova e o cartão de respostas deverão ser entregues ao Fiscal de sala, o qual poderá ser invalidado se você não assinar.**
12. A divulgação do gabarito desta prova ocorrerá na segunda-feira, dia 08/07/2019 até 18h no site da Prefeitura Municipal de Pedro Canário (www.pedrocanario.es.gov.br) e no mural da Casa dos Conselhos.



PROVA DE CONHECIMENTOS

01. No que se refere à autorização para a criança viajar, está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, se estiver desacompanhada dos pais ou do responsável legal, não poderá viajar para fora da comarca onde reside sem expressa autorização judicial; no entanto, essa autorização não será exigida quando a criança estiver acompanhada de:

- a) descendentes ou colateral maior, até o primeiro grau, por não implicar autorização documental, ou de pessoa maior de idade.
- b) descendentes ou colateral maior, até o segundo grau, com expressa comprovação de parentesco, ou de qualquer pessoa maior de idade, independente de parentesco.
- c) ascendente ou colateral maior, até o primeiro grau, não havendo, por isso, necessidade de comprovação documental nem de pessoa maior autorizada pelo pai.
- d) ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, desde que seja comprovado documentalmente parentesco, ou de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

02. O Estatuto da Criança e do Adolescente implantado pela Lei 8.069/90 sofreu alterações com a Lei 12.010/09 e 12.962/14. Dentre estas, a obrigatoriedade de reavaliação semestral de cada criança e adolescente em acolhimento institucional ou familiar.

I. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

II. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional poderá prolongar por mais de 2 (dois) anos, caso a equipe técnica da unidade avaliar que a família de origem não apresenta condições materiais de receber seus filhos.

III. A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que esta será incluída em programas de orientação e auxílio, nos termos do parágrafo único do art. 23, e dos incisos I, II e IV do caput do art. 101.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) Todas estão corretas.

03. Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atende a finalidade de:

- a) Profissionalizar a atividade de comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.



- b)** Retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente.
- c)** Desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes.
- d)** Garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis.
- e)** Democratizar o exercício do patronato, até então restrito aos financiadores da assistência filantrópica aos menores.

04. As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar vários princípios, alguns elencados abaixo:

- I.** Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar.
- II.** Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa.
- III.** Atendimento coletivo e em grandes grupos.
- IV.** Desenvolvimento de atividades em regime de coeducação.

Quais afirmativas estão corretas?

- a)** Apenas I e II.
- b)** Apenas II e III.
- c)** Apenas I e IV.
- d)** Apenas I, II e IV.
- e)** Apenas I e III.

05. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a)** O abrigo, a partir da Lei 12.010/09 passou a ser chamado de Acolhimento Institucional (Artigo 101 - § VII).
- b)** O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta. Não implica em privação de liberdade.
- c)** A equipe técnica da unidade de acolhimento deverá fazer o Plano Individual de Atendimento, e levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente, bem como dos pais ou do responsável.
- d)** Excetuando situações de emergência para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual, o afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade Judiciária.
- e)** O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social.

06. De acordo com a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, art. 2º, é correto afirmar que:

- a)** Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos.
- b)** Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até treze anos de idade completos, e adolescente aquela pessoa entre treze e vinte e um anos de idade.



- c) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa com até onze anos incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- d) Criança, a pessoa com até doze anos de idade completos, e adolescentes a pessoa entre quatorze e dezoito anos de idade.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

07. O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura ao adolescente privado de liberdade uma série de direitos entre os quais se incluem os abaixo listados, **EXCETO**:

- a) O adolescente tem o direito de entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público.
- b) O adolescente não pode ser submetido ao regime de incomunicabilidade.
- c) A autoridade judiciária pode suspender temporariamente a visita, inclusive de pais, se existirem motivos sérios de prejudicialidade aos interesses do adolescente.
- d) A liberação do adolescente internado será compulsória aos 16 anos de idade.
- e) O adolescente tem o direito de permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável.

08. No campo da participação democrática, o art. 88, inciso II, da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afirma ser uma das diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente a criação de Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, consolidados como instrumentos de expressão, representação e participação popular, sendo dotados de potencial de transformação política, através da participação de segmentos sociais na formulação de políticas de atendimento. Neste sentido, quais são as funções outorgadas a estes órgãos?

- a) Deliberação, que se constitui no poder de decidir e resolver sobre as matérias de sua competência (planos, projetos e programas de atendimento às crianças e adolescentes) e controle, que se constitui no poder de domínio e fiscalização das ações públicas em todos os níveis da federação.
- b) Submeter à aprovação do Poder Executivo, suas decisões referente aos planos e propostas apresentadas.
- c) Requisição de serviços públicos para a garantia dos direitos de criança e adolescente.
- d) Atendimento a situações de violação de direitos, aplicando as medidas de proteção cabíveis.
- e) Todas as afirmativas acima são incorretas.

09. O abrigo é medida _____ e _____ não implicando em privação de liberdade da criança ou adolescente. Assinale a alternativa que completa, corretamente, as lacunas acima.

- a) Permanente e excepcional.
- b) Provisória e excepcional.
- c) Excepcional e obrigatória.
- d) Obrigatória e provisória.
- e) Educativa e provisória.

10. Assinale a alternativa correta:

- a) A Lei 8.069/90 dispõe sobre a proteção integral aos adolescentes.



- b) A Lei 8.069/90 considera criança a pessoa até doze anos completos e adolescentes aquela entre doze e 21 anos.
- c) A criança e o adolescente gozam dos direitos relativos a sua faixa etária, sem prejuízo da proteção integral que trata a lei 8.069/90.
- d) De acordo com a Lei 8.069/90, nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
- e) É dever da família velar pela dignidade da criança e adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, segundo a Lei 8.069/90.

11. Segundo a Lei 8.069/90, o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, de crianças e adolescentes compreende os seguintes aspectos, **EXCETO**:

- a) Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
- b) Buscar refúgio, auxílio e orientação.
- c) Participar da vida política, na forma da lei, após os dezoito anos.
- d) Opinião e expressão.
- e) Brincar, praticar esporte e divertir-se.

12. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre o direito à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente é correto afirmar que:

- I. A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- II. Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade.
- III. A convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade será garantida por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável.
- IV. As visitas da criança e do adolescente para a mãe ou o pai privado de liberdade dependem de autorização judicial.
- V. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I, II e V.
- b) Apenas I, III e IV.
- c) Apenas II, III e V.
- d) Todas estão corretas.
- e) Nenhuma está correta.

13. O Estatuto da Criança e do Adolescente é aplicado:

- a) Somente a pessoas até 18 anos de idade.
- b) Somente a pessoas até 12 anos de idade.
- c) A todas as pessoas até 19 anos de idade.
- d) Às pessoas até 18 anos de idade e em casos excepcionais até 21 anos.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.



14. Se, sem justa causa, a autoridade competente deixar de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão, ou se descumprir injustificadamente prazo fixado em lei que beneficia o adolescente privado de liberdade, a pena para ambos os casos será de detenção de:

- a) seis meses a dois anos.
- b) um a quatro anos.
- c) dois a seis anos.
- d) quatro a seis anos.

15. Considere as assertivas abaixo, referentes às atribuições do Conselho Tutelar:

I. Expedir notificações.

II. Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

III. Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.

IV. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I, II e IV.
- c) Apenas I, III e IV.
- d) Apenas I, II e III.
- e) Todas estão corretas.

16. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus tratos envolvendo seus alunos. Assinale a alternativa correta:

- a) Não existe esta obrigatoriedade no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- b) Os dirigentes devem cumprir a Lei e comunicar os casos sempre que houver ocorrência de maus tratos envolvendo seus alunos.
- c) Os dirigentes devem apenas cuidar da educação escolar e não devem se intrometer em casos de maus tratos.
- d) Os dirigentes escolares devem apenas notificar os casos de ameaça ou mesmo de violações apenas uma vez por anos.
- e) Cabe apenas à Política de Assistência Social denunciar os casos de maus tratos de crianças e adolescentes.

17. O Conselho Tutelar é procurado pela mãe da adolescente “M” com 14 anos de idade e usuária de crack. Esta mãe solicita que a filha seja internada, pois não consegue mais evitar que se exponha aos riscos como não frequentar a escola, retornar para casa de madrugada, não obedecer a suas regras, dentre outras. Diante disso, o Conselho Tutelar:

Marque a alternativa correta:



- a) Organizou na sede do Conselho Tutelar reunião da rede socioassistencial do território onde planejaram junto com a família da adolescente um plano de acompanhamento.
- b) Encaminhou o fato através de relatório para o Ministério Público e Polícia Civil, solicitando providências para combater os traficantes.
- c) Encaminhou a adolescente para internação, pois é o local onde a adolescente ficará segura, distante dos traficantes que a estão aliciando para o consumo e tráfico de entorpecentes.
- d) Indicou internação psiquiátrica para desintoxicação e retorno para casa da família.
- e) Orientou a mãe de “M” a cuidar melhor da adolescente, acompanhá-la à escola e não deixar que saísse desacompanhada.

18. As decisões do Conselho Tutelar só podem ser revistas:

- a) Pela autoridade judiciária.
- b) Apenas pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente responsável pelo pleito eleitoral.
- c) Por qualquer autoridade municipal.
- d) Pela pessoa ou instituição que encaminhou a criança ou o adolescente para o Conselho Tutelar.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

19. Preencha com V para verdadeiro e F para falso:

- () O Conselho Tutelar poderá requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário, podendo fazê-lo diretamente, sem autorização judicial.
- () Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária.
- () Em cada município haverá somente um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.
- () É de competência do Conselho Tutelar, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança.
- () Reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município são os requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para a candidatura a membro do Conselho Tutelar.

- a) V, F, F, V, V.
- b) V, V, F, V, V.
- c) F, V, F, V, V.
- d) F, V, V, V, V.
- e) V, V, V, V, F.

20. Em se tratando da fiscalização das entidades governamentais e não governamentais de atendimento a Criança e ao Adolescente, é correto afirmar que:

- a) Serão fiscalizadas pelo Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.
- b) Serão fiscalizadas pelo Poder Público, Ministério Público e Conselho Tutelar.
- c) Serão fiscalizadas pela Sociedade Civil Organizada, Poder Público e Conselho Tutelar.
- d) Serão fiscalizadas pelo Judiciário, Poder Público e Conselho Tutelar.
- e) Serão fiscalizadas pelo Judiciário, Poder Público e Sociedade Civil Organizada.



21. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 136, parágrafo único, se o Conselho Tutelar achar necessário o afastamento do convívio familiar, qual a providência a ser adotada?

- a)** Providenciará a medida estabelecida pela autoridade judiciária.
- b)** Requisitará certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente.
- c)** Comunicará o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.
- d)** Encaminhará a criança ou adolescente para tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- e)** Nenhuma das alternativas está correta.

22. Pedro e Joana têm planos definidos para separação judicial. Mas, como têm uma filha de 02 (dois) anos, ainda não estabeleceram um acordo sobre a guarda da criança. Indiscutivelmente, Joana tem um poder aquisitivo acima do de Pedro. Ao estabelecer um acordo sobre o poder familiar baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- a)** Como Joana tem uma situação financeira melhor que Pedro, a filha deverá ficar integralmente com a mãe.
- b)** Um dos motivos para a perda do poder familiar é a situação financeira sofrível de um dos pais.
- c)** A carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.
- d)** O poder familiar poderá ser exercido pelo pai ou pela mãe, decisão, entretanto, condicionada à situação financeira estável, a valores morais e ao equilíbrio do estado psicológico.

23. É atribuição do Conselho Tutelar aplicar:

- a)** Medida Socioeducativa em Meio Aberto.
- b)** Medidas de proteção.
- c)** Medidas de colocação em família substituta.
- d)** Medidas punitivas.

24. Considere a hipótese: Ana, solteira, 20 anos, quer adotar João, de 05 (cinco) anos, para o que possui todas as condições materiais, psicológicas e financeiras. Baseado no que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente sobre adoção, Ana poderá adotar João?

- a)** Não, pois apesar de os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil, poderem adotar, o adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.
- b)** Não, pois só poderão adotar os maior de 21 anos, comprovadamente casados no civil, sendo os cônjuges adotantes dezoito anos mais velhos que o adotando.
- c)** Sim, porque a idade para adotar é a partir de 20 anos, sendo que a diferença de idade entre o adotante e o adotando deverá ser de quinze anos. Ademais, a situação material e financeira de Ana é condição fundamental para adoção.
- d)** Sim, pois qualquer pessoa com situação financeira e psicológica comprovada por autoridade judicial poderá adotar uma criança ou adolescente, independente do estado civil, da idade, e da diferença de idade entre adotante e adotando.



25. A política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente será feita por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. São linhas de ação dessa política de atendimento:

- a) Políticas e Programas de Assistência Social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem.
- b) A criação de Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis.
- c) A criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.
- d) A integração operacional de órgãos do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria, da Segurança Pública e da Assistência Social.

26. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A garantia de prioridade compreende:

- I. A primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- II. Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- III. Primazia na formulação de políticas assistencialistas voltadas à infância;
- IV. Destinação privilegiada de recursos públicos à infância e à juventude somente nas áreas relacionadas à prevenção.

Tendo analisado os itens acima, é verdadeiro afirmar que:

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I, II e III estão corretos.
- d) Os itens II e IV estão corretos.

27. A União fica autorizada a repassar aos Estados e Municípios, os recursos referentes aos programas e atividades previstos no ECA, tão logo estejam criados os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nos seus respectivos níveis. Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pelo (a):

- a) Comitê para os direitos da criança e do adolescente.
- b) Autoridade judiciária.
- c) Autoridade policial.
- d) Conselho de Assistência Social.

28. Sobre as Políticas Públicas voltadas à proteção da saúde de crianças e adolescentes, assinale a alternativa que contém a afirmação **INCORRETA**:

- a) Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação, exceto próteses.



- b) É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.
- c) A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.
- d) Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

29. Assinale a alternativa que contém a definição **CORRETA** de “políticas públicas”:

- a) São conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidos pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam a assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.
- b) São conjuntos de programas e ações desenvolvidos pelo Estado apenas diretamente, com a participação de entes públicos somente, que visam a assegurar determinado direito de cidadania para determinado segmento social, étnico ou econômico.
- c) São conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidos pelo Estado apenas indiretamente, com a participação de entes privados somente, que visam a assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural ou étnico.
- d) São conjuntos de ações e atividades desenvolvidas por entes privados somente, sem a participação de entes públicos, que visam a assegurar determinado direito de cidadania para determinado segmento cultural, étnico ou econômico.

30. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em Lei Municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e acompanhada pela fiscalização do Ministério Público. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos, **EXCETO**:

- a) Reconhecida idoneidade moral.
- b) Ter curso superior em Direito.
- c) Idade igual ou superior a vinte e um anos.
- d) Residir no município.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PEDRO CANÁRIO

GABARITO OFICIAL

CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR

Nº	ALTERNATIVA CORRETA
01	D
02	A
03	C
04	A
05	D
06	A
07	D
08	A
09	B
10	D
11	C
12	C
13	D
14	B
15	E
16	B
17	A
18	A
19	B
20	A
21	C
22	D
23	B
24	A
25	A
26	B
27	C
28	A
29	A
30	B



ANEXO I REQUERIMENTO DE RECURSO

IDENTIFICAÇÃO

Nome do Candidato:	
Inscrição:	Cargo:

Nº da Questão Recursada	Motivo do Recurso

Pedro Canário/ES, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Candidato



ANEXO II RAZÕES DE RECURSO

Questão Nº

Solicita: Anulação
 Troca de _____ para _____

Observações:

- A justificativa deverá ser digitada, apontando o detalhamento e fundamentos da solicitação.
- Para recursos do gabarito preliminar, deverá ser preenchido um formulário "RAZÕES DE RECURSOS" para cada questão recursada.